



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA
GERÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ



GERENCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ

RELATORIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2008





MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2008

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí, além de cumprir uma formalidade legal, constitui importante peça do processo de prestação de conta anual, elaborado em conformidade com a Decisão Normativa TCU Nº. 93, de 03/12/2008, alterada pela Decisão Normativa nº 96 de 04.03.2009, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 57, de 27/08/2008

É um instrumento gerencial que objetiva evidenciar o desempenho das atividades desenvolvidas pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – GRA-PI, relativas ao exercício de 2008, além do que visa o cumprimento das competências regimentais contidas na Portaria GMF nº 290, de 30.09.2004, D.O.U de 04.120.2004.

Ressalte-se que, no cumprimento de sua missão institucional, a Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí atende à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN-PI, à Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU-PI, a Controladoria Regional da União no Piauí – CGU - Regional - PI e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina. Tais unidades compartilham suas despesas e também descentralizam recursos orçamentário-financeiros para o atendimento de suas demandas específicas.

Isto posto, apresento o Relatório de Gestão da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – GRA-PI, referente ao exercício de 2008.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**1. Identificação****Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada**

Nome completo da unidade e sigla	GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ – GRA-PI	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Fazenda	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda foi aprovada pelo Decreto Nº. 51949/06, de 31/10/2007, publicada no DOU Nº. 210, de 01/11/2007. Regimento Interno do Ministério da Fazenda foi aprovado pela Portaria GM/MF Nº. 290/04, de 30/09/2004, publicada no DOU Nº. 191, de 04/10/2004.	
CNPJ	00394460/0019-70	
Nome e código no SIAFI	GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ – 170032	
Código da UJ titular do relatório	170032	
Códigos das UJ abrangidas	"Não consolida outras unidades"	
Endereço completo da sede	Praça Marechal Deodoro s/n 8º andar – Centro CEP.: 64000-160 – Teresina-Piauí Fone(s): (86) – 3221-4517 / 3215-8002 Fax: (98) – 3221-8249	
Endereço da página institucional na internet		
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Administração-Geral da Unidade - Prestação de apoio logístico aos órgãos do Ministério, sediados na área de sua jurisdição , planejando, coordenando, acompanhando e executando as atividades inerentes aos sistemas acima referenciados e, ainda, a administração de bens móveis adjudicados à União.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ	170032

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas****2.1. Responsabilidades Institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas.**

A Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí desenvolve suas atividades de apoio administrativo, entendidas como sendo basicamente sua responsabilidade institucional, a execução orçamentária e financeira dos valores descentralizados pelo Órgão Central e pelos Órgãos-Clientes necessários ao desempenho de suas demandas e tem como função predominante ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, contando atualmente com a seguinte estrutura/força de trabalho:

Estrutura Organizacional da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – GRA-PI

- Serviço de Recursos Humanos
- Setor de Recursos Logísticos
- Setor de Planejamento
- Setor de Orçamento e Finanças
- Setor de Informática
- Setor de Comunicação Social

RECURSOS HUMANOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	
DAS – 101.3	01
DAS – 102.1	01
FGR – 01	01
FGR – 03	03

QUADRO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS – FCT.S	
FCT - 07	01
FCT - 08	04
FCT - 10	07

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**QUADRO DE FUNCIONÁRIOS x SITUAÇÃO - ADMINISTRADO PELA GRA-PI**

SITUAÇÃO	DEZ-2006	DEZ-2007	DEZ-2008
	QTDE.	QTDE.	QTDE.
ATIVO	99	70	66
INATIVO	243	247	238
PENSIONISTA	235	237	221
NOMEADO CARGO COMISSÃO	2	2	2
CEDIDO	2	2	2

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS x SITUAÇÃO - LOTADO/EXERCÍCIO NA GRA-PI

SITUAÇÃO	DEZ-2006	DEZ-2007	DEZ-2008
	QTDE.	QTDE.	QTDE.
ATIVO	36	38	38
TERCEIRIZADOS (Atividade - Apoio)	13	13	13
ESTAGIÁRIO	-	-	-

A Gerência Regional de Administração exerce suas atividades sempre visando o resultado e buscando atender às demandas dos Órgãos-Clientes de forma a possibilitar aos mesmos o efetivo desempenho de suas tarefas, para que possam alcançar suas metas finalísticas.

Atualmente os Órgãos-Clientes são a Controladoria - Regional da União – CGU –Regional - PI, a Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN-PI, a Gerência do Patrimônio da União - GRPU-PI, e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina.

2.2 Estratégia de atuação da Unidade na execução das políticas públicas.

A Estratégia de atuação da Gerência Regional de Administração está alinhada e integrada no Planejamento Estratégico da SPOA/MF, concebido para o triênio 2007-2009 onde estão definidos os objetivos, prioridades e metas.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



MISSÃO: Prover soluções administrativas para os Órgãos do Ministério da Fazenda, parceiros, unidades da Administração Pública e cidadão-usuário, contribuindo para a melhoria contínua do Serviço Público.

VISÃO: Ser referencial como unidade de excelência em gestão no âmbito da Administração Pública Federal até 2009.

VALORES: Legalidade, impessoalidade, ética, transparência, eficiência, eficácia, economicidade, espírito de equipe, empreendedorismo, superação de desafios e valorização dos servidores

PAINEL ESTRATÉGICOS

Visão: SER REFERENCIAL COMO UNIDADE DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL ATÉ 2009.					
PERSPECTIVAS	MISSÃO, VISÃO E VALORES	UNIDADES USUÁRIAS	PROCESSOS	PESSOAS	FINANÇAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none">Cumprimento de metas.	<ul style="list-style-type: none">Aumentar expressivamente a satisfação das Unidades Usuárias.	<ul style="list-style-type: none">Melhorar expressivamente o desempenho dos processos.	<ul style="list-style-type: none">Promover expressivamente o bem-estar, a satisfação e motivação dos servidores;Adequar à força de trabalho da SPOA	<ul style="list-style-type: none">Otimizar a utilização de recursos.
INDICADORES RESULTANTES	<ol style="list-style-type: none">Índice de cumprimento de metas.	<ul style="list-style-type: none">Percentual de Satisfação de Unidades Usuárias.	<ul style="list-style-type: none">Tempo médio de atendimento RL e RH;Não conformidades de fornecimento RH e RL; eÍndice de retrabalho RH e RL.	<ul style="list-style-type: none">% de satisfação geral dos servidores; e% da força de trabalho completa.	<ul style="list-style-type: none">Orçamento realizado / programado.
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO		<ul style="list-style-type: none">Agilidade no atendimento;Marketing de relacionamento; eResgate de Unidades Usuárias por processos.	<ul style="list-style-type: none">Padronização;Automação; eRacionalização.	<ul style="list-style-type: none">Capacitação;Desempenho das pessoas;Concurso Público; eProjetos sócio-ambientais.	<ul style="list-style-type: none">Disponibilização de recursos; eRedução de gastos.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



INDICADORES DIRECIONADORES		<ul style="list-style-type: none">• Número de reclamações de Unidades Usuárias;• Número de consultas aos sistemas de comunicação; e• Número de processos resgatados por unidades usuárias.	<ul style="list-style-type: none">• N. de processos críticos padronizados;• N.º. de processos críticos automatizados.	<ul style="list-style-type: none">• N.º. horas de treinamento por servidor; e• N.º. de projetos de responsabilidade de sócio-ambiental implantados.	<ul style="list-style-type: none">• % de recursos disponibilizados para planos de ação;• Consumo de energia elétrica;• Consumo de água;• Despesa com vigilância e segurança; e• Despesa com limpeza e higienização.
----------------------------	--	--	--	--	---

INDICADORES:

Os principais indicadores de desempenho da GRA/PI foram definidos pela COGPL/SPOA/DF, para os quais foram estabelecidas metas com a finalidade de se atingir os objetivos estratégicos definidos na etapa anterior. Esses indicadores estão relacionados, essencialmente, com os processos finalísticos da GRA/PI e servem para o monitoramento destes, os quais a seguir são relacionados.

CL 03- Número de reclamações recebidas de Unidades Usuárias; **CL05-** Número de Processo resgatado por Unidade Usuária; **F103** – Consumo de Energia; **F104-** Consumo de água; **F105-** Despesas com vigilância; **F106** – Despesas com limpeza; **PE02-** Percentual da força de Trabalho; **PE03-** Numero de horas de Treinamento por Servidor; **PE04-** Número de Projetos de responsabilidade sócios ambientais implantados; **PR01-** Tempo Médio de atendimento em RH; **PR02-** Não conformidade de atendimento em RH; **PR03** – Índice de retrabalho em RH; **PR 04** – Tempo Médio de atendimento em RL; **PR05-** Não conformidade no atendimento das demandas de RL; **PR06** Índice de retrabalho em RL.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



PLANILHAS DE ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES:

(2)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CL03	Número de reclamações recebidas de unidades usuárias												
	Número de reclamações recebidas de unidades usuárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Frequência:	Mensal												
Fonte:	<i>Telefone, serviço de ouvidoria, sistema de controle de demandas, fale conosco</i>												

(4)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
CL05	Número de processos resgatados por unidade usuária												
	Número de processos resgatados por unidade usuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Frequência:	Mensal												
Fonte:	<i>Relatório de cada GRA e Unidade Central da SPOA</i>												

(5)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PR01	Tempo médio de atendimento RH												
	Nº de atendimentos RH no tempo médio de atendimento (TMA)	6	7	8	30	11	8	13	23	15	8	13	5

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



	Nº de atendimentos RH totais	8	10	15	45	23	19	33	24	16	12	17	11
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Sistema DEMANDA												

(6)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PR02	Não conformidade de atendimento RH												
	Nº de serviços prestados não conformidade	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nº total de serviços prestados	8	10	15	45	23	19	33	25	20	12	17	11
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Sistema DEMANDA												

(7)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PR03	Índice de retrabalho RH												
	Nº total de serviços com retrabalho	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nº total de serviços prestados	8	10	15	45	23	19	33	25	20	12	17	11
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Sistema DEMANDA												

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



(8)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PR04	Tempo médio de atendimento RL												
	Nº de atendimentos RL no tempo médio de atendimento (TMA)	3	0	0	0	11	31	68	78	79	31	27	19
	Nº de atendimentos RL totais	16	0	0	0	16	39	68	78	79	31	27	19
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Sistema DEMANDA												

(9)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PR05	Não conformidade no atendimento das demandas de RL												
	Nº de serviços RL prestados não conforme	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nº total de serviços RL prestados	0	0	0	0	16	39	68	78	79	31	27	19
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Sistema DEMANDA												

(10)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PR06	Índice de retrabalho RL												
	Nº total de serviços RL com retrabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nº total de serviços RL prestados	0	0	0	0	16	39	68	78	79	31	27	19

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



Frequência:	Mensal												
Fonte:	Relatório COGRL												

(14)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PE02	Percentual força de trabalho												
	Nº servidores em efetivo exercício (Fte)	38	38	38	38	38	38	38	38	39	39	39	39
	Terceirizados substituíveis (Ts)	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
	Servidores passíveis de aposentadoria nos próximos 3 anos (Ap)	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
	Vagas a serem preenchidas (V)	23	23	23	23	23	23	33	23	23	23	23	23
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Relatório COGRH (elaborado a partir dos Sistemas Siape e Terceirizados)												

(15)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PE03	Número de horas de treinamento por servidor												
	Nº horas de treinamento dos servidores	0	0	0	0	24	20	76	80	86	16	10	20
	Nº servidores em efetivo exercício	38	38	38	38	38	38	38	38	39	39	39	39
	Nº servidores treinados	0	0	0	0	0	0	1	3	3	1	2	1
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Relatório COGRH (elaborado a partir dos treinamentos por servidor)												

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



(16)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PE04	Número de projetos de responsabilidade sócio-ambiental implantados			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Número de projetos de responsabilidade sócio-ambiental implantados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Frequência:	Mensal												
Fonte:	<i>Relatório COGRH (elaborado a partir das ações sócio-ambientais - Bem Viver)</i>												

(19)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FI03	Consumo de energia												
	Consumo de energia (Kw/h)	157.722	162.846	138.724	143.113	159.085	158.270	158.270	165.468	159.256	180.841	187.102	172.936
	Área administrada em m ²	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583
	Nº servidores em efetivo consumo	416	416	416	410	472	472	472	472	472	473	473	473
Frequência:	Mensal												
Fonte:	<i>Relatório COGRL (Sistema de energia)</i>												

(20)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FI04	Consumo de água												
	Consumo de água (m ³)	1.170	1.158	1.076	1.063	1.157	1.155	533	1.140	1.080	1.082	1.060	1.058
	Área administrada em m ²	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



	Nº servidores em efetivo consumo	416	416	416	410	472	472	472	472	472	473	473	473
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Relatório COGRL												

(21)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FI05	Despesas com vigilância												
	Nº de vigilantes	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
	Área administrada em m ²	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513	19.513
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Relatório COGRL												

(22)	Coleta de Dados - GRA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FI06	Despesas com limpeza												
	Consumo de serviço de limpeza (em R\$)	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788	23.788
	Área administrada em m ²	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583	16.583
	Nº servidores em efetivo consumo	416	416	416	410	472	472	472	472	472	473	473	473
Frequência:	Mensal												
Fonte:	Relatório COGRL												



Assim foi feita uma análise bem sucinta do resultado das Metas alcançadas em 2008.

CL 03- Número de reclamações recebidas de Unidades Usuárias:

Durante o Exercício não foram registradas nenhuma reclamações no Sistema de Ouvidoria.

Meta cumprida (não houve reclamações)

FI03 – CONSUMO DE ENERGIA:

Não foram realizadas ações/ metas para este Indicador porém o consumo e os custos permaneceram estáveis.

Meta prevista – não definida.

Avaliação prejudicada.

FI04- CONSUMO DE ÁGUA;

Não foram realizadas ações/ metas para este Indicador porém o consumo e os custos permaneceram estáveis

Meta prevista – não definida.

Avaliação prejudicada.

FI05- DESPESAS COM VIGILÂNCIA:

Não foram realizadas ações/ metas para este Indicador porém o consumo e os custos permaneceram estáveis e dentro estabelecidos pelo MPOG.

FI06 – DESPESAS COM LIMPEZA;

Não foram realizadas ações/ metas para este Indicador porém o consumo e os custos permaneceram estáveis e dentro estabelecidos pelo MPOG.

PE02- PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO;

A força de trabalho da GRA-PI, embora se tenha contratado mão de obra terceirizada, não superam a lotação ideal do órgão, considerando assim insuficiente.

PE03- NUMERO DE HORAS DE TREINAMENTO POR SERVIDOR;

Durante o exercício de 2008, alguns servidores participaram de cursos/Treinamento à distância através da Enap e outros, perfazendo um total de 332 horas.

AVALIAÇÃO DA META: Cumprida

PE04-NÚMERO DE PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SÓCIOS AMBIENTAIS IMPLANTADOS.

Esta GRA-PI deu continuidade a coleta Seletiva Solidária, Ginástica Laboral e o Projeto MF em cena.

AVALIAÇÃO DA META: Cumprida parcialmente

PR01-TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO EM RH;

De acordo com o Sistema de Demanda e coleta de dados, feito pelas áreas considera-se que o tempo de atendimento das demandas está dentro do tempo médio.

AVALIAÇÃO DA META : Cumprida



PR02-NÃO CONFORMIDADE DE ATENDIMENTO EM RH;

Durante o exercício/2008, registramos no mês de Março um caso de não conformidade em RH, nada que pudesse aferir negativamente para o resultado.As demandas foram atendidas satisfatoriamente

AVALIAÇÃO DA META : Cumprida

PR03 – ÍNDICE DE RETRABALHO EM RH;

Durante o Exercício/2008, registramos no mês de Março um caso de retrabalho, nada que pudesse aferir negativamente para o resultado.As demandas foram atendidas satisfatoriamente.

AVALIAÇÃO DA META : Cumprida

PR 04 –TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO EM RL;

De acordo com os registros feitos no Sistema de Demandas, estão dentro do tempo Médio estabelecido.

AVALIAÇÃO DA META : Cumprida

PR05- NÃO CONFORMIDADE NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE RL;

Durante o Exercício não houve nenhum registro identificados como não conforme

AVALIAÇÃO DA META : Cumprida

PR06. ÍNDICE DE RETRABALHO EM RL

Durante o Exercício/2008, não foram registrada nenhuma Demanda considerada com retrabalho em RL.

AVALIAÇÃO DA META : Cumprida

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização****Adesão da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – GRA-PI.**

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) foi instituído pelo Decreto nº. 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País.

Programa do Curso de Auto-avaliação (250 pontos) da Gestão Pública

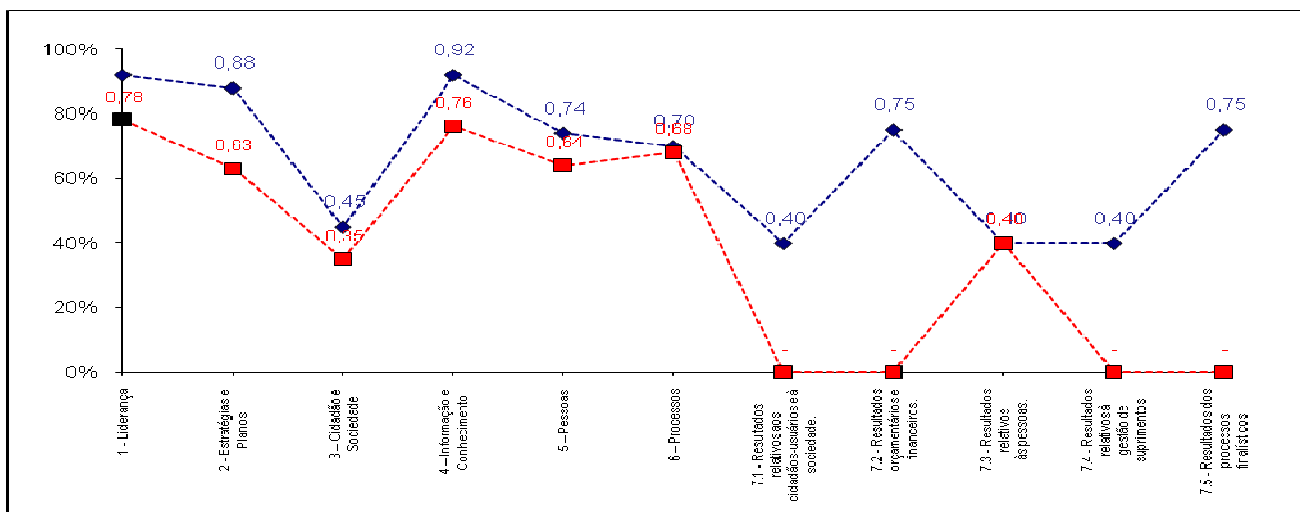
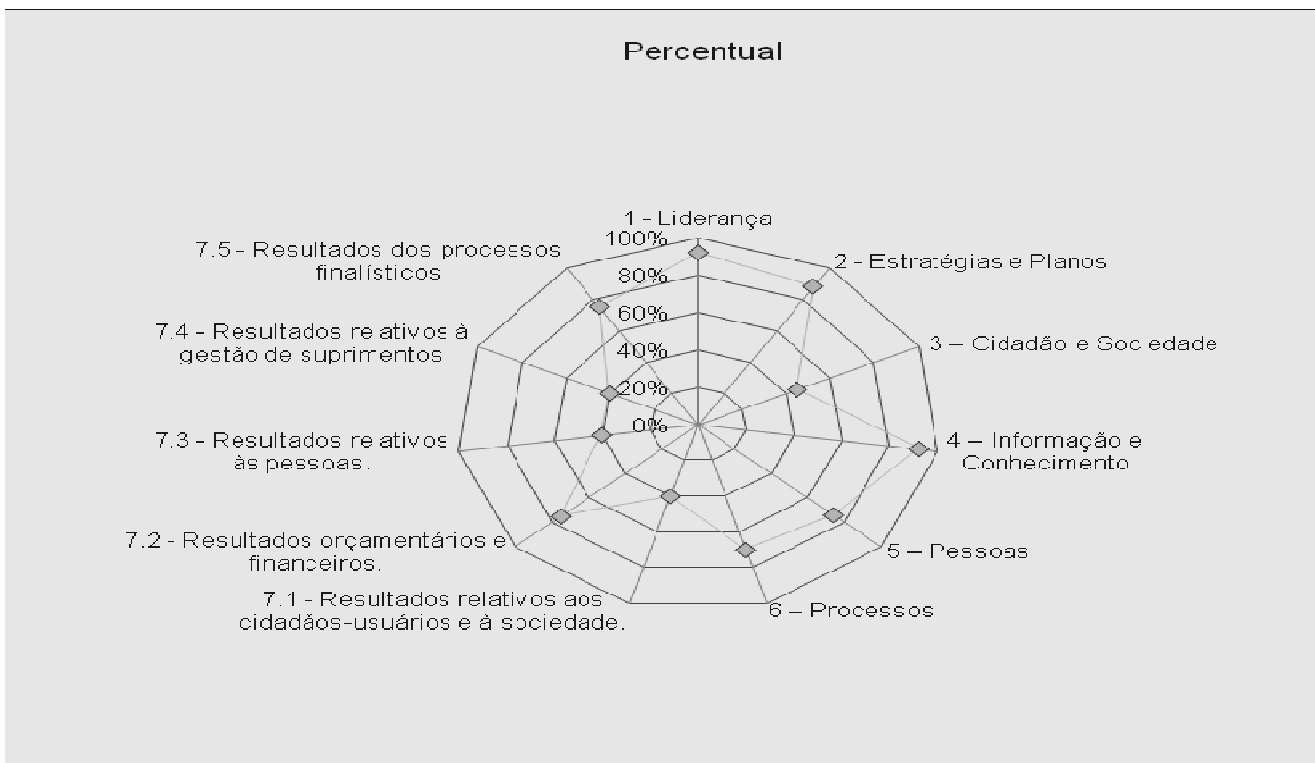
Na realização da Auto-avaliação da Gestão foi constatada a necessidade de Melhorias em alguns critérios tendo esta GRA/PI, obtido o Certificado com validação de 102 pontos.

Período da Auto Avaliação			De:	a
Critério	Pontuação máxima	Auto-avaliação	Validação	
		Pontuação	Pontuação	
1	25	23	19,5	
2	25	22	15,75	
3	25	11,25	8,75	
4	25	23	19	
5	25	18,5	16	
6	25	17,5	17	
7.1	30	12	0	
7.2	15	11,25	0	
7.3	15	6	6	
7.4	10	4	0	
7.5	30	22,5	0	
Total de pontos:		171	102	

FONTE: GESPÚBLICA



DIAGNÓSTICO DA GESTÃO



Legenda:

- Avaliador
- Organização



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



Certificado

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA em conformidade com as diretrizes do Sistema de Avaliação Contínua da Gestão Pública, confere a

*Gerência Regional de Administração do Ministério da
Fazenda do Piauí – GRA/PI*

Ministério da Fazenda

o reconhecimento de Gestão nível 1, válido até Outubro de 2009.

Brasília, 23 de julho de 2008

Mariana Meirelles Nemrod Guimarães
Diretora do Departamento de Programas de Gestão

Valmir Dantas
Gerente da Rede Nacional de Gestão Pública





2.3 Programas

Os principais programas operacionalizados pela Gerencia Regional foram:

0750 - Apoio Administrativo

0770 - Administração Tributária e Aduaneira

2.3.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivo Específicos	
Gerente do programa	
Gerente executivo	
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	

2.3.2 Principais Ações do Programa

2000 - Administração da Unidade

2.3.2.1. Ação 2000 - Administração da Unidade



Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custo administrativo das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade “Administração da Unidade” se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso da frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos e alugados; despesas com viagens e locomoção e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.707.971,68	1.707.971,68	100 %

*Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação*

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsão	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

“não houve ocorrências no período”. Não houveram recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação.

2.3.1. Programa 0770 - Administração Tributária e Aduaneira

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**2.3.2 Principais Ações do Programa**

2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

2272 - Gestão e Administração do Programa

2.3.2.1. Ação 2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira*Tabela x – Dados gerais da ação*

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Supervisionar, executar e controlar as atividades de fiscalização tributária e aduaneira federal, combatendo a sonegação fiscal, o contrabando e o descaminho.
Descrição	Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos. Deslocamento de técnicos para a realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	



Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	181.080,00	181.080,00	100,00 %

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsão	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

“não houve ocorrências no período”. Não houveram recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação.

2.3.2.2. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso da frota veicular, própria ou de terceiros por órgão da União; manutenção e conservação de imóveis da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistema de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivos elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para a discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para a divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	1.152.029,19	1.149.966,12	99,82 %

*Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação*

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsão	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

“não houve ocorrências no período”. Não houveram recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação.

2.4. Desempenho operacional

Embora seja mais complexo e subjetivo a criação de indicadores na atividade-meio, apresentamos os seguintes indicadores de gestão utilizados para aferição da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da ação administrativa, observadas as competência regimentais:

- **Indicador do Grau de Execução Orçamentária/Financeiro.**

Utilidade: Através do Indicador do Grau de Execução Orçamentária/Financeira pode-se comprovar o nível de execução das atividades e projetos pela GRA-PI, em relação aos valores que foram programados/autorizados e o que foi efetivamente executado em termos monetários.

Tipo: eficiência e efetividade

Fórmula de cálculo: Valor programado/descentralizado dividido pelo total de recursos aplicados/liquidados

Método de aferição: Confrontando-se todos os valores programados/descentralizados com o total dos recursos aplicados/liquidados



Responsável pelo cálculo/medição: Gerente-Regional

Resultado do indicador no exercício:

99,40% de execução dos valores autorizados	PROVISAO RECEBIDA (AUTORIZADA)	DESPESA LIQUIDADADA	DISPONIVEL	COEFICIENTE DE EXECUÇÃO
PROGRAMA				
0089	99.636,42	99.636,42	0,00	100,00 %
0750	1.713.030,57	1.713.030,57	0,00	100,00 %
0770	712.191,68	712.191,68	0,00	100,00 %
0775	47.582,57	45.519,50	2.063,07	95,66 %
0794	449.925,93	449.925,93	0,00	100,00 %
1173	370.840,48	370.840,48	0,00	100,00 %
TOTAIS->	3.393.207,65	3.391.144,58	2.063,07	99,93 %

- **Indicador de Economicidade.**

Utilidade: Através do Indicador de Economicidade pode-se comprovar o grau de economia nos custos dos projetos e ações desenvolvidas pela GRA-PI em relação aos preços praticados no mercado, especialmente relacionados às despesas com vigilância e segurança e, limpeza e higienização

Tipo: eficiência e efetividade

Formula de cálculo: Valor previsto/valor efetivo

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



Método de aferição: Confrontando-se os valores previstos e/ou limites estabelecidos pelo MPOG para as área de vigilância e segurança, limpeza e higienização com os valores efetivamente obtidos nos procedimentos licitatórios/contratações.

Responsável pelo cálculo/medição: Gerente-Regional

Resultado do indicador no exercício:

- 43,33 % de economia - área limpeza e conservação
- 4,81 % de economia - área de vigilância e segurança

Assim, podemos destacar o seguinte:

a) ÁREA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: (R\$/m²)

ÁREA DE PISO	LIMITE/ MARE (R\$/m ²) Port. SLTI Nº 4/06 (31/08/2006)	CUSTO EFETIVO GRA-PI (R\$/m ²)	ECONOMIA (R\$/m ²)	(%) PADRÃO x EFETIVO (ECONOMIA)
- Interna:	2,42	1,54	0,88	36,00 %
- Externa:	1,21	0,73	0,48	40,00 %
- Face Interna/Externa	0,56	0,26	0,30	54,00 %
Resultado Indicador - Média				43,33 %

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

b) **ÁREA DE VIGILÂNCIA: (R\$)**

POSTO DE VIGILÂNCIA	LIMITE/MARE (R\$) Port. SLTI Nº 06/07 (28/12/2007)	CUSTO EFETIVO GRA-PI (R\$ ²)	ECONOMIA (R\$ ²)	(%) PADRÃO x EFETIVO (ECONOMIA)
12 x 36 h diurno: Teresina	3.320,00	3.140,08	179,92	5,40 %
12 x 36 h diurno: Parnaíba	3.320,00	3.107,80	212,20	6,40 %
12 x 36 h noturno: Teresina	3.940,00	3.809,38	130,62	3,32 %
12 x 36 h noturno: Parnaíba	3.940,00	3.777,20	162,80	4,13 %
12 x 36 h diurno: Teresina de segunda a sexta feira	2.371,42	2.371,42	0,00	0,00 %
Resultado Indicador - Média				4,81 %



Indicador de cumprimento meta - Empenho Pagamento contra-entrega - Decreto Nº. 2.439/97.

Utilidade: Através do Indicador de cumprimento meta - Empenho Pagamento contra-entrega constata-se o cumprimento da meta estabelecida através do Decreto Nº. 2.439/97.

Tipo: efetividade

Formula de cálculo: Valor total empenhado na modalidade dispensa de licitação (Art. 22, II, Lei 8.666/93) dividido pelo total da despesa empenhada na modalidade garantia de pagamento contra-entrega

Método de aferição: Confrontando-se o Valor total empenhado na modalidade dispensa de licitação (Art. 22, II, Lei 8.666/93) com total da despesa empenhada na modalidade garantia de pagamento contra-entrega. Fonte: SIAFI.

Responsável pelo cálculo/medição: Gerente-Regional

Resultado do indicador no exercício: 22,58 % das despesas empenhadas na modalidade dispensa de licitação (Art. 22, II, Lei 8.666/93) foram realizadas/empenhadas na modalidade garantia de pagamento contra-entrega.

Portanto, na execução da despesas foi atingida o percentual de 22,58 %, superior ao mínimo de 5%, estabelecido pelo Decreto nº 2.439/97. Conforme abaixo:

EMPENHO PAGAMENTO CONTRA-ENTREGA - DECRETO Nº. 2.439/97

N.D.	ART. 24, II LEI 8.666/93	EMPENHO-GARANTIA	%
3.3.90.30	35.913,91	7.063,06	19,66 %
3.3.90.39	81.078,41	22.141,00	27,30 %
44.90.52	12.334,00	0,00	0,00 %
TOTAL	129.326,32	29.204,06	22,58 %



Ressalto que os programas e as ações de governo, essencialmente, na atividade meio, não apresentam metas e indicadores específicos. Assim, os indicadores citados, embora não diretamente vinculados aos programas/ações do governo, são importantes para esta unidade.

2.4.1 – Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	38.813,67	25.401,45	14.488,66
2. DIARIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	82.613,88	86.355,67	62.276,73
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	172.828,74	237.202,84	235.080,00
3.1. Publicidade	4.547,84	8.086,74	10.040,73
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	787.309,30	860.327,76	925.345,20
3.3. Tecnologia da informação	0,00-	0,00	0,00 (05)
3.4. Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
3.5. Suprimento de Fundos	20.415,28	14.041,89	6.628,69
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	18.517,02	14.024,34	6.350,35

Observações:

- (1) Os gastos incluem os valores relativos aos seguintes Órgãos: GRA-PI; PFN-PI e CGU-PI.
- (2) Os gastos incluem os valores relativos aos seguintes Órgãos: GRA-PI; PFN-PI e CGU-PI.
- (3) Os gastos referem-se, exclusivamente, à publicidade legal (Editais, avisos, extratos contratos etc.) da GRA-PI; PFN-PI, GRPU-PI.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



(4) Os gastos incluem os valores relativos aos seguintes Órgãos: GRA-PI; PFN-PI, GRPU-PI e CGU-PI.

(5) Não houve gasto classificado como TI. As eventuais despesas foram classificadas em itens específicos. Conforme orientação da Setorial.

(6) Os gastos incluem os valores relativos aos seguintes Órgãos: GRA-PI; PFN-PI, GRPU-PI e CGU-PI.

(7) Os gastos incluem os valores relativos aos seguintes Órgãos: PFN-PI e CGU-PI. A GRA-PI não realizou despesas com Suprimento de Fundos no exercício de 2008.

(8) Os gastos incluem os valores relativos aos seguintes Órgãos: PFN-PI e CGU-PI. A GRA-PI não realizou despesas com Cartão Corporativo no exercício de 2008. Todo Suprimento de Fundos foi concedido através do CPGF.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

UG	Credor		Inscrição (Saldo Inicial)		Movimento Devedor		Movimento Credor		Saldo Final em 31/12/09
	Denominação	CNPJ/CPF	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

“não houve ocorrências no período”. Nenhum passivo foi reconhecido por insuficiência de crédito ou recurso.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**Quadro II.A.2 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi**

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	35.555,31	26.691,48	8.863,83	0,00				-
2008	429.369,56	-	-	429.369,56		-	-	
Total	464.924,87	26.691,48	8.863,83	429.369,56				

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício****Quadro II.A.3 – Transferências (convênios e outros tipos)**

Tip o*	Cód igo Siafi /Sia sg	Identifica o do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objet o da avenç a	Data de publica ção no DOU	Valor total pactuad o	Valor total recebido ou transferid o no exercício	Contraparti da	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situaç ão da avenç a (alcan ce de objetiv os e metas, presta ção de contas , sindic ância, TCE S/N?) **
Co nvê nio	591 196	Proc.: 10384.000 777/2007- 45 Assinatura: 02.04.2007 Vigência: 31/12/2008 .	Contr ataçã o de estagi ários para a PFN- PI	27./04/ 2007	2.580,94	2.580,94	Disponibiliz ação de estagiários .	CIEEE. 61600839000 155	Objetivo s alcança dos

Observação: O Convênio foi extinto em 31/12/2008. Os valores pagos/transferidos referem-se à taxa de administração do agente integrador. A bolsa Estágio foi paga diretamente ao estagiário através do SIAPE.

6. Previdência Complementar Patrocinada

“não houve ocorrências no período”. Esta unidade, durante o exercício de 2008, não patrocinou nenhuma entidade de previdência privada.



7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

“não houve ocorrências no período”. Esta unidade, durante o exercício de 2008, não executou nenhum projeto ou programa financiados com recursos externos.

8. Renúncia Tributária

“não houve ocorrências no período”. Esta unidade, durante o exercício de 2008, pela natureza da atividade, não beneficiou nenhuma instituição por renúncia de tributária.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.

“não houve ocorrências no período”. Esta unidade, durante o exercício de 2008, pela natureza da atividade, não beneficiou nenhuma instituição por renúncia de tributária. Portanto, não houve beneficiário direto de renúncia.

10. Operações de fundos

“não houve ocorrências no período”. Esta unidade, durante o exercício de 2008, não realizou nenhuma operação relacionada a aplicação de fundos.

11. Despesas com cartão de crédito

	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	565,02	-	17.952,00
2007	-	5.878,34	-	8.146,00
2008	-	5.860,35	-	490,00

Fonte: Siafi

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - DEMONSTRATIVO DE SAQUE/FATURA
- EXERCÍCIO 2008**

CPF	NOME SUPRIDO	SAQUE			FATURA
		EFETIVO	DEVOLUCAO	LIQUIDO	
		R\$	R\$	R\$	
2454448513 4	MARTA MARIA VIEIRA GRAMOSA	490,00	0,00	490,00	2.589,04
0598019413 4	CAIO MUCIO E SOUZA	0,00	0,00	0,00	100,00
0968056032 5	ANTONIO FRANCISCO DE MATOS FILHO	0,00	0,00	0,00	270,50
1809576334 9	CORINTO RODRIGUES MACHADO	0,00	0,00	0,00	2.900,81
TOTALIS		490,00	0,00	490,00	5.860,35

Fonte: Siafi

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.

12.1 1. Número do relatório: Relatório nº208869 – Auditoria de Gestão

2. Descrição da recomendação: Não houve recomendação por parte da Controladoria-Geral da União / CGU-Regional-PI. As contas relativas à gestão de 2007 foram consideradas REGULARES.

13. Determinações e recomendações do TCU

Durante o exercício de 2008, foram efetuadas as seguintes determinações e recomendações por parte do TCU.

13.1. 1. Número da Decisão ou Acórdão: **Acórdão nº-25062007 TCU - 1ª Câmara**

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Considera ilegal a inclusão integral da GDATA, na concessão de aposentadoria em favor de José Luiz de Oliveira, Maria do Perpetuo Socorro de Carvalho Passos e Marco Antonio Pereira Ribeiro ; Dispensa o



ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, com base na Súmula TCU Nº 106; Determina que a GRA-PI dê ciência ao interessado da deliberação e faça a inclusão da referida gratificação com a devida proporcionalidade; Esclarece que a concessão poderá prosperar, mediante novo ato livre das irregularidade apontadas.

3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Acatada a decisão e comunicada o cumprimento ao TCU/Sefip através do Ofício Nº 06/2008-GAB/GRA-PI.

13.2. 1. Número da Decisão ou Acórdão: **Ofício nº 4875/2007/TCU SEFIP**

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Fazer demonstração da base de calculo do provento do servidor inativo ARIEL RIBEIRO DE CARVALHO, - CPF 22140913191, Tendo em vista o disposto no Art. 40, §§ 1º e 3º da CF, com a redação dada pela EC, nº 41/2003, bem como no ART., 1º da Lei nº 10.887/2004.

3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Acatada a decisão e comunicada o cumprimento ao TCU/Sefip através do Ofício Nº 017/2008 - RH/GRA-PI.

13.3. 1. Número da Decisão ou Acórdão: **Acórdão nº 896/2008 – TCU - 1ª Câmara**

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Considera ilegal a concessão de pensão civil em favor de Geraldo Serra Correia Lima, beneficiário de Heloisa Serra Lima; Dispensa o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, com base na Súmula TCU Nº 106; Determina que a GRA-PI dê ciência ao interessado da deliberação.

3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Acatada a decisão e comunicada o cumprimento ao TCU/Sefip através do Ofício Nº 038/2008 - RH/GRA-PI.



13.4. 1 Número da Decisão ou Acórdão: **Acórdão nº 440/2008 – TCU - 1ª Câmara**

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Considera ilegal a concessão Aposentadoria ao servidor inativo Singefredo Neto Gondim; Dispensa o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, com base na Súmula TCU Nº 106; Determina que a GRA-PI dê ciência ao interessado da deliberação. Fazer cessar no prazo de 15 dias o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais. Fazer cessar no prazo de 15 dias o pagamento da parcela referente ao resíduo de 3,17 %.
3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.
4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Acatada a decisão e comunicada o cumprimento ao TCU/Sefip através do Ofício Nº 045/2008 - RH/GRA-PI.

13.5 1 Número da Decisão ou Acórdão: Diligencia nº 01012/2008 – TCU - SEFIP

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Solicita copia de pericias medicas referentes aos beneficiários de pensão Irapuã Marques de Carvalho e Maria Paula Pinheiro de Vilhena Teive .
3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.
4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Encaminhada a documentação solicita ao TCU/Sefip através do Ofício Nº 0812008 - RH/GRA-PI.

13.6. 1 Número da Decisão ou Acórdão: **Acórdão nº 3045/2008 – TCU - 1ª Câmara**

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Considera ilegal a concessão pensão a Eulogia Lima Verde; Dispensa o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, com base na Súmula TCU Nº 106; Determina que a GRA-PI dê ciência ao interessado da deliberação. Fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais.
3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.



4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Retirado do cálculo da pensão a vantagem do passivo 3.17, Quanto a vantagem do Art. 184, II, da Lei 1.711, a pensionista impetrou recurso administrativo com pedido de reexame enviado ao Presidente da 1ª Câmara, conforme Ofício Nº 103/2008 - RH/GRA-PI, encaminhado a TCU/Sefip. Informamos ainda que foi providenciada a exclusão da vantagem do passivo 3,17 e retificado os cálculos das pensões de: Maria do Patrocínio da Silva Pinheiro, Erla Freire da Rocha, Enedina Costa Carvalho Mendes e Francisca Zita Mendes de Carvalho. Quanto a pensionista Bernadete Lopes de Melo, sua pensão foi excluída por motivo de seu falecimento. Tudo informado pelo Ofício Nº 105/2008 - RH/GRA-PI, encaminhado a TCU/Sefip

13.7. 1 Número da Decisão ou Acórdão: **Acórdão nº 4065/2008 – TCU - 1ª Câmara**

2. Descrição da determinação ou da recomendação: Considera ilegal a concessão de pensão de Raphael Dutra de Moraes Cerqueira e Artur Dutra de Moraes Cercqueira; Dispensa o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, com base na Súmula TCU Nº 106; Determina que a GRA-PI que no prazo de 15 dias dê ciência ao interessado da deliberação. Fazer cessar no prazo de 15 dias o pagamento decorrente dos atos considerados iligais.

3. Setor Responsável pela Implementação: GRA/PI – Setor de Recursos Humanos da GRA.

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento: Acatada a decisão e comunicada o cumprimento ao TCU/Sefip através do Ofício Nº 111/2008 - RH/GRA-PI.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC QUANTIDADE
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	01	01
Pensão	03	03

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ

**15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.**

“não houve ocorrências no período”. Nesta unidade, durante o exercício de 2008, não foi instaurada nenhuma TCE.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	35	1.153.862,01	35	1.365.365,00	36	1.619.439,18
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	35	1.153.862,01	35	1.365.365,00	36	1.619.439,18

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	1	23.77,82-	1	41.402,55	1	58.953,41

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado						
Vigilância -----	26	527.899,38	26	574.877,76	32	639.895,20
Limpeza (1)	25	259.409,92	26	285.450,00	26	285.450,00
TOTAL	51	787.309,30	52	860.327,76	58	925.345,20

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo (2)	19	172.828,74	20	237.202,84	20	235.080,00
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	0	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Terc + Estag	19	172.828,74	20	237.202,84	20	235.080,00

(1) – As despesas são compartilhadas pelos Órgãos atendidos pela GRA-PI que ocupam o mesmo prédio.

(2) – Somente o pessoal que a atender à GRA-PI.

Descrição:	2006		2007		2008	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	1	24.584,94	1	30.500,92	1	31.795,19
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Cedido pela Unidade	1	24.584,94	1	30.500,92	1	31.795,19

Descrição	Qtde	Despesa
	Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	35
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade (1)	-	0
Total Geral	35	1.619.439,18-

(1) Pessoal terceirizado de apoio administrativo.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Todas as informações relevantes já constam dos itens específicos deste Relatório.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

“não houve ocorrências no período”. Não existe conteúdo específico por UJ neste GRA-PI.



CONCLUSÃO

A Gerencia Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí durante o exercício de 2008, atuou de forma sistêmica no intuito de minimizar os problemas administrativos, sempre com medidas voltadas para a análise da qualidade dos gastos públicos, tentando substituir a visão de controle meramente formalista para discutir os resultados objetivos da gestão dos recursos públicos.

No esforço para implantar a qualidade de gestão tem, a administração, enfrentado muitas dificuldades em decorrência da natureza da atividade pública. Acredita-se, no entanto, que esse objetivo só será atingido se o setor público aperfeiçoar os seus métodos e processos de gerenciamento dos recursos e investir de forma concreta e dinamizada na qualificação de seus servidores.

Engajada nesta nova filosofia de trabalho, a Administração durante o exercício de 2008, desempenhou suas atribuições regimentais voltadas para a identificação dos indicadores de eficiência, economicidade e eficácia da gestão em relação às atividades da Unidade.

Por outro lado, com quadro de pessoal reduzido a Unidade de certa forma, vem contornando as dificuldades com criatividade. Mas, é evidente e extremamente necessário, aumentar o efetivo de servidores da unidade.

Ao encerrar o exercício, fica a convicção de que foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade de que trata o art. 37 da Constituição Federal, assim como as normas constantes das Leis 8.112/90, 8.666/93, 4.320/64 etc.. no que concerne a cada uma delas e também, fica a certeza de que, dentro das limitações de governabilidade, os resultados alcançados foram satisfatórios no cumprimento da missão institucional da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – GRA-PI.

Teresina, março de 2009



ANTONIO DE JOCES DE LIMA PEREIRA
Gerente Regional - GRA-PI



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO PIAUÍ



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Considerando o teor do artigo 37 da Lei nº 10.180/2001, determinando que a documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Administração Federal permanecerá na respectiva unidade, à disposição dos órgãos e das unidades de controle interno e externo nas condições e nos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o teor do parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 3.589/2000, dispondo que o processo de Conformidade Contábil no SIAFI consiste em verificar se os lançamentos efetuados pela unidade gestora foram feitos em observância às normas vigentes, à tabela de eventos do SIAFI e à respectiva conformidade documental da unidade gestora;

Considerando a ausência de providências concretas por parte da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que se refere ao provisionamento de recursos humanos e ao fortalecimento da estrutura organizacional das setoriais contábeis, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 2.351/2006 – Plenário;

Considerando o teor da Nota Técnica nº 018/COGEF/SPOA/SE/MF, de 14.11.2006, por meio da qual a Coordenação de Análise Contábil da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda registra suas dificuldades em exercer a função de Setorial Contábil do MF em razão de sua deficiente estrutura organizacional e funcional, agravadas pela introdução da Conformidade Contábil de Órgão Superior pela Secretaria do Tesouro Nacional e das exigências do Tribunal de Contas da União constantes dos Acórdãos nºs 2.016 e 2.351/2006; 415 e 639/2007.

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI previstos na Lei nº 4.320/1964, da unidade gestora 170032 – GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ, reflete a execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada pelos responsáveis da unidade jurisdicionada que apresenta contas no exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2009

PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA

CRC – DF nº 011.634/0-9